



**CÂMARA
MUNICIPAL
NISA**

ATA Nº 05/2026
DA
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DA
CÂMARA MUNICIPAL
DE NISA
DE
26 DE JANEIRO 2026

Abertura da Reunião

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de 2026, na Vila de Nisa, Casa das Memórias, na Rua da Cadeia Velha, nº 2, compareceram, Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a fim de se realizar uma Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Nisa, convocada nos termos do disposto nos nºs 1 e 2 do art.º 41º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, através do Edital Nº 21/2026, com data do dia 22 de janeiro e remetido, através de protocolo e correio eletrónico, a todos os Eleitos deste Executivo, acompanhado do Ofício Nº 116 da mesma data.

E como se encontravam em número legal para se poderem constituir em Reunião, foi a mesma declarada aberta pelo Presidente da mesma e da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra, em cumprimento do que determina a alínea p) dos nºs 1 e 2 do Art.º 41º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, quando eram 15H30.

Compareceram, também, a esta Reunião, Senhora Nazaré Dinis Rufino Carrilho Valente, Coordenadora Técnica da Seção de Recursos Humanos e Serviços Auxiliares, Técnico Superior, Dr. Paulo Jorge Bugalho Caldeira, Assistentes Técnicos, Senhores António José Tomás Martins, Pedro Manuel Martins Porto Temudo e Senhora Carla José Cordas Carriça Pereira da Divisão Administrativa Financeira.

Procedeu-se, à análise e discussão, tendo em vista a eventual aprovação dos pontos que constituem a Ordem de Trabalhos desta mesma reunião, sendo que os resultados e respectiva votação, é a que para o mesmo a seguir se indicam e de que é lavrada a respectiva Ata, conforme o disposto no nº 1 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO Nº 1 – SF - Deliberação Nº 35/2026

Proposta de aprovação do Mapa “Demonstração do Desempenho Orçamental e Demonstração de Desempenho Orçamental”.

Tendo em conta o conteúdo a Informação/Proposta Nº 694/2026, datada de 22 de janeiro de 2026, da Divisão Administrativa e Financeira e da legislação em vigor, o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 4 (quatro) votos a favor, Presidente da Câmara Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente da Câmara, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho e 1 abstenção com declaração de voto por parte da Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, o Saldo de Gerência que corresponde ao saldo das operações orçamentais apuradas a 31 de dezembro de 2025, registando o montante de 1 848 125,52€, tendo por base os fundamentos e disposições legais aplicáveis, e nos termos do disposto na alínea i), do nº 1 do artigo n.º 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo ainda com o previsto no art.º 124º do Orçamento de Estado para 2026, e submissão à apreciação e votação da **Assembleia Municipal** nos termos da alínea i), do nº 1, do artigo 332 do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental.

Intervenções:

Handwritten signature

- Presidente da Câmara Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que o que aqui é trazido, é um pouco diferente daquilo que é habitual quando já se está em decurso do mandato que há um orçamento aprovado, em novembro e ainda não há saldo de gerência a 31 de dezembro, ao dia útil correspondente neste caso, fazendo-se coincidir esta situação com a própria discussão e aprovação do orçamento, sendo que o saldo de tesouraria, o mapa de tesouraria a 30/12, com o valor correspondente de 1.848.125, 52 €.

- Vereador Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, referiu que ao analisar, sem saber bem o que é que se estava a passar, perguntou se este mapa de demonstração de resultados tem a ver com aquilo que nos anos anteriores era exposto no orçamento de Estado, com aprovação dos fluxos de caixa e que depois se vai refletir na que, enquanto não há aprovação da prestação de contas, há essa aprovação que permite a afetação dessa verba, perguntando mas se essas verbas vão ser aferidas para compromissos obrigatórios ou é introduzido o montante global, (1.848.125,52 €) conforme o que se pretende nalgumas rubricas ou é exclusivamente só nessas despesas obrigatórias e compromissos que vêm do orçamento anterior, tendo sido esclarecido pelo Coordenador Técnico, Senhor António José Tomás Martins, que eram para reforçar as rubricas do próximo orçamento.

- Presidente da Câmara Dr. **José Dinis Samarra Serra**, reforçou dizendo que se trata de uma transição normal e que em novembro se faz essa primeira alteração aquando da prestação de contas neste caso, porque o orçamento é discutido anterior ao fim do exercício económico correspondente, neste caso sendo uma situação em que o orçamento já está a ser discutido no ano em vigência e já existe o saldo de 30 de Dezembro é correspondido nesta matéria e é para incorporar, para fazer a assunção dos compromissos transitados e outras despesas obrigatórias, estando refletido, naquilo que é a proposta de orçamento.

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, disse que relativamente ao saldo global de gerência, que no ano anterior era 181.939,05 € negativo, este ano o saldo global mantém-se negativo de 80.908,62 €, havendo aqui ligeira redução.

- Presidente da Câmara Dr. **José Dinis Samarra Serra**, referiu quer relativamente à analogia, de datas, a diferença do saldo de gerência entre o ano anterior e este ano é sensivelmente de menos 90.000 euros, conforme pôde já ser observado.

Declaração de voto, Vereadora, Doutora Fernanda maria Bizarro Policarpo:

"Relativamente à Proposta da Presidência n.º 694/2026, datada de 21 de janeiro de 2026, referente ao Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental e Desempenho Orçamental.

Os números apresentados revelam um exercício com forte execução de investimento e um equilíbrio formal das contas. No entanto, a análise política não pode limitar-se à leitura fria dos saldos finais.

16 2 /

Verifica-se um crescimento consistente da despesa corrente, em particular nas despesas com pessoal e na aquisição de bens e serviços, reforçando encargos estruturais que comprometem a flexibilidade financeira futura do Município. Estas opções representam escolhas políticas claras, cujos impactos se projetam para além do exercício em análise.

Por outro lado, o volume de investimento realizado assenta de forma muito significativa em transferências de capital e fundos comunitários. Embora a capacidade de captar financiamento externo seja positiva, esta dependência evidencia uma autonomia financeira reduzida e deixa o Município vulnerável a eventuais alterações no quadro de financiamento nacional e europeu.

Entendemos que a gestão financeira deve ser acompanhada por uma estratégia clara de sustentabilidade a médio e longo prazo, com controlo rigoroso da despesa estrutural e reforço da capacidade de geração de receita própria.

Assim, não ignorando os resultados apresentados, mas também não podendo subscrever integralmente as opções políticas que lhes estão subjacentes, opto pela **abstenção.**"

Remeter à Assembleia Municipal

PONTO Nº 2 – SGA/SRHSA- Deliberação Nº 36/2026

Mapa de Pessoal do Município de Nisa para o ano de 2026 – Aprovação.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 647/2026, datada de 21 de janeiro de 2026, da Presidência e da legislação em vigor, o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 2 (dois) votos a favor, Presidente da Câmara Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente da Câmara, Dr. José Leandro Lopes Semedo 2 (duas) abstenções por parte dos Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho e 1 voto contra com Declaração de Voto por parte da Vereadora Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, conforme artigo 29º, do anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o Mapa de Pessoal para o ano de 2026, que obedece ao modelo de estrutura orgânica, aprovado através da deliberação da Assembleia Municipal nº 16/22 na sua reunião de 23/09/2022, o qual resultou na aprovação do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, e respetivo organigrama, pela Câmara reunida na sua reunião de 04/10/2022, deliberação nº 191/22.

O Mapa indicado, corresponde às necessidades de recrutamento para o ano de 2026, o número de postos de trabalho a preencher no ano de 2026, resulta do levantamento das necessidades de recursos humanos identificadas pelos serviços, quer para reforço das equipas e substituição de trabalhadores que saíam definitivamente, nomeadamente, por motivo de aposentação ou que irão sair a curto prazo, quer para dar resposta ao aumento das atribuições e competências transferidas para a autarquia, justificando-se no mapa de pessoal, os postos de trabalho da carreira de assistente operacional cuja caracterização implica o exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade, ouvidos os representantes dos trabalhadores e com o parecer fundamentado do serviço de segurança, higiene e saúde no trabalho, bem como submeter à aprovação da **Assembleia Municipal** nos termos da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e da alínea o) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o nº 4 do artigo 29º da citada Lei nº 35/2014, de 20 de junho, ambas na sua atual redação.

Intervenções:

14

- Presidente da Câmara Dr. **José Dinis Samarra Serra**, começou por sublinhar que este ponto que é aqui trazido não é uma análise ou uma interpretação meramente administrativa, nem tão pouco circunstancial, é uma matéria estratégica para o futuro do município de Nisa, estando-se a falar do capital humano diretamente relacionado com a capacidade para se poder cumprir com as atribuições, prestar os serviços públicos em qualidade e em conformidade e responder às crescentes exigências legais técnicas e operacionais que recaem sobre o poder local, este mapa de pessoal trazido, para discussão, é fortemente pressionado por duas condicionantes que já foram aqui identificados, por um lado, o envelhecimento significativo dos recursos humanos, com um indicador expressivo de trabalhadores em idade próxima da aposentação, fez-se uma referência àqueles que têm mais de 60 anos, e à data atual, com mais de 65 anos, existem cerca de 15 funcionários, o que traduz uma dessas condicionantes, por outro lado, também não se pode deixar de ter em consideração que existiu o aumento de competências transferidas para os municípios ao nível da educação, ao nível da ação social também a nível da cultura, embora essa seja mais diminuta, sem que essas responsabilidades tenham sido acompanhadas automaticamente de meios humanos, principalmente a questão da ação social, nessa introdução também é importante ser-se absolutamente claro e transparente em termos de observação do cenário atual, não reforçar atempadamente o mapa de pessoal não é uma questão de segurança, significa antes adiar um problema, fragilizar serviços muitos deles direcionados para as populações, para as Associações e empurrar o município para soluções de âmbito precário, assente em contratações avulsas, prestações de serviço e sucessivos vínculos frágeis que não servem nem ao interesse público, nem aos próprios trabalhadores, o que esta proposta aqui traz traduz, é que se está a planear em vez de reagir, por outro lado, também tem que se perceber que, tendo em conta o envelhecimento do capital humano, é necessário rejuvenescer tal capital e garantir que essa transmissão de conhecimento seja feito entre as gerações e em conformidade com aquilo que obedece ao exercício das funções, também pauta referir que se quer assegurar vínculos estáveis por via de procedimentos concursais transparentes e legalmente enquadrados e a reduzir a dependência da tal situação aqui já mencionada, dos regimes precários que todos conhecem, são indesejáveis e estruturalmente frágeis, crescendo ainda que este mapa pessoal não é excessivo nem arbitrário, resulta de um levantamento rigoroso pelos serviços, das necessidades permanentes dos serviços, está plenamente enquadrado na Lei Geral do Trabalho em funções públicas e encontra a necessária cobertura orçamental devidamente acautelada no orçamento que hoje é aqui trazido e ainda contempla mecanismos de mobilidade interna, valorizando trabalhadores da casa e promovendo a eficiência organizacional antes mesmo de recorrer ao recrutamento externo, sendo o que está aqui em concreto é votar uma proposta, votar em prol da modernização da administração municipal, votar na capacidade de resposta dos serviços municipais e, em última instância, votar em prol dos próprios munícipes que exigem e bem, que exista um município, uma Câmara funcional apetrechada de capital humano competente e preparado, sendo um instrumento de gestão responsável que olha, não para o médio prazo, se se ditar daqui a dois anos para um médio e um longo prazo que evite de certa forma improvisação e poderá garantir que o município de Nisa não ficará como já referido, refém de soluções transitórias ou situações estritamente débeis e frágeis, sendo aqui trazida como é evidente e pela discussão que houve com os serviços com sentido e um espírito de responsabilidade institucional e claramente se apela para uma discussão salutar do mesmo. Em termos comparativos, disse que a dotação corrigida da despesa com pessoal de 2025 era de 5.807,322 €, sendo trazida com 6.097.788 €, um acréscimo de 5%, havendo uma diferença de 290.000 €, dizendo também que relativamente à dotação de 2025 e aquilo que foi pago não se registou os 5.000.807,322 € mas sim 5.512.180 € ou seja, uma diferença

também ela de 5% , sendo aquilo que lhe apraz dizer antes de se começarmos a discutir esta matéria.

- Vereador Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, referiu que a preocupação enquanto eleitos para a gestão do recurso, certamente preocupa-o constantemente porque de um bom desempenho dos funcionários, reflete-se o trabalho que se possa aqui desempenhar e a imagem que a Câmara tem perante a Comunidade e se há algumas situações aqui abordadas, recordando a questão da ação social, é verdade que houve aumento dessas competências, mas também foram através dos CLDS também são algumas pessoas com essas capacidades e com essas valências mas no fundo acha que é transversal por causa de toda a ação da Câmara e são vistos como tal, sendo preocupação que se seja feita uma gestão transparente e coerente no desempenho de cada um e a sua função enquanto eleito é a preocupação dessa gestão que deve ser envolvendo sempre os princípios, a principal preocupação do executivo municipal, a qualidade do trabalho desenvolvido e o espírito de missão que existe em cada um dos funcionários faz a diferença em relação ao município na relação com a Comunidade, importa acautelar a substituição dos trabalhadores a tempo e horas, por forma a não haver redução do serviço prestado à população, conferindo e analisando o mapa que alguns dos lugares criados visam premiar o desempenho de cada um, a fidelização partidária também e institucional, e promover efetivamente o emprego no mercado de trabalho e assim, desenvolver uma ação direta para colmatar, as lacunas existentes no Mapa de Pessoal, porque há um compromisso enquanto eleitos com a Comunidade, pretendendo que os procedimentos sejam transparentes e que sejam desenvolvidos céleres por forma a colmatar todas essas lacunas que existem e acautelar a questão da reforma da maior parte dos funcionários, sendo verdade que são muitos aqueles que estão à beira da reforma, e que possam efetivamente beneficiar dela, já que o Governo e o Estado não têm protegido a classe operária e aumentando cada vez mais a idade da reforma e tão carentes que as pessoas estão, especialmente no interior para arranjar um posto de trabalho.

- Presidente da Câmara Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que concordava que se está com um grave problema, que é o envelhecimento, sendo necessário fazer-se aqui uma reflexão sobre não apenas a necessidade de reposição e onde está essa capacidade de se repor, porque muitas das tarefas operacionais não são apetecíveis e tem que torná-las apetecíveis, dizendo que relativamente à exigência para o desempenho da tarefa, é bem certo que um funcionário com 20, 30 anos por mais predisposto não em termos da sua condição física, mas também pela sua idade, em poder concretizar uma tarefa, talvez de uma forma mais rápida, com alguém que já está no limite da reforma, essa pré disposição e motivação é claro que deve estar subjacente e encontra a título particular essa experiência naquilo que é um dos pilares da sociedade, que é a educação, a ter-se condição de receção, condição de acompanhamento, condição de outras atividades associadas ao nível das assistentes operacionais que se encontram na escola. neste momento estarão mais despertas para situações de pessoas mais jovens do que aquelas que já têm uma certa idade, ainda que aquelas que comportam já certa idade e próximo da reforma têm experiência, mas têm também têm um carinho, que já acumula a experiência de vida e de exercício da tarefa, não deixando de concordar que tem que se estar atentos e se deve corresponder.

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, disse ter inúmeras questões e tal como disse a responsável da área de pessoal, esta base de proposta foi feita tendo por fundamento o levantamento das necessidades dos serviços que os Vereadores da oposição desconhecem, não foi disponibilizado e por isso, não tendo, torna-se muito mais difícil validar qualquer proposta, por isso a sua primeira questão tem a ver com, dos 37 postos elencados nesta proposta, 11 referem-se a reservas de recrutamento, nas reservas de recrutamento consideram-se 11 postos de trabalho e só para dois deles é que é apresentada a referência efetiva do concurso, perguntando porquê, tendo sido esclarecido que por estarem ainda no prazo da reserva de recrutamento.

Perguntou também se relativamente ao recrutamento com recurso à reserva de recrutamento interna de 3 postos de trabalho de Assistente Técnico com CTFP por tempo indeterminado em que data foi aberto este concurso, perguntando se se afiança que ainda não decorreram os 18 meses.

Perguntou se relativamente a estes procedimentos para preenchimento de postos de trabalho por tempo indeterminado, que é o ponto 1, onde há 21 novos postos de trabalho, tem-se aqui novamente a situação de um posto de trabalho para Assistente Técnico para o Gabinete de Relações Públicas e Informação, na altura em que esta proposta veio isolada à câmara, colocou a questão de quantos técnicos tem esta área e a resposta que lhe foi dada, foram duas respostas diferentes, tendo percebido que teria entre 6 a 8 pessoas, tendo sido explicado pelo Presidente da Câmara, Dr. José Dinis Samarra Serra que o Gabinete de Relações Públicas e Informação divide-se à parte de informação e também à parte do atendimento, três pessoas no atendimento e relativamente à informação eram cinco, na altura neste momento, são quatro, com duas situações que se encontram, uma em gravidez de risco e que provavelmente durante um ano, não irá estar presente e uma situação mais debilitada que por força das circunstâncias exige atestados médicos de incapacidade para o exercício da função.

A Vereadora Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, perguntou ainda se relativamente a um posto de trabalho para Técnico Superior do Gabinete de Informática, quantas pessoas tem o Gabinete de Informática, tendo sido informada que tem quatro, sendo uma delas por tempo determinado que é aquela que comporta a qualificação de Engenharia Informática, a Vereadora questionou ainda se relativamente aos processos de mobilidade inter carreiras há a abertura de um posto de trabalho para Assistente Técnico, Secção de Administração Escolar e outro para um posto de trabalho para Técnico Superior do Sector de Projetos e Licenciamento, perguntando quantos técnicos existem neste sector e nesta mobilidade inter categorias há um posto de trabalho para Coordenador Técnico na Secção de Contratualização Pública há um posto de Coordenador Técnico para a Secção Financeira, um Coordenador Técnico para Recursos Humanos e um Coordenador Técnico para a Secção de Administração Escolar, perguntando se todas estas alterações já estão operacionais.

Refere-se que, cerca de 70 trabalhadores têm idade igual ou superior a 60 anos, num universo de 229 trabalhadores, perguntando se se sabe quantificar destes trabalhadores quantos irão para a reforma no ano de 2026, e se este ano irá garantidamente um, significa que se está a antecipar necessidades.

- Vereadora Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, perguntou se relativamente ao processo de mobilidade intercategorias, só num posto, perguntando se lhe podia ser explicado porque nos outros, sabe mais ou menos os Coordenadores, onde se refere a um posto de trabalho para Coordenador Técnico, Secção de Administração Escolar, já existe perguntando se a pessoa se vai reformar, tendo-lhe sido dito que face às necessidades de reestruturação organizacional, tendo a Vereadora concluído que é para mudar, não sendo

para ir outra pessoa para aquele setor, tendo o Presidente da Câmara Dr. José Dinis Samarra Serra, esclarecido que á semelhança de quando se falou da contratualização SCPP, também não se pode ter dois Coordenadores e não se pode também nos Recursos Humanos também tê-los, estando-se já a salvaguardar a reorganização de serviços, porque poderão haver alterações, que serão sempre trazidos aqui.

Perguntou ainda a Vereadora se relativamente ao suplemento de Penosidade e Insalubridade se os representantes dos trabalhadores tinham sido ouvidos sobre a matéria, perguntando também se o valor é de 4,99 € e se houve algum acordo, tendo sido esclarecido que o valor atribuído é o valor máximo previsto na lei.

- Presidente da Câmara Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse ainda relativamente ao suplemento de Penosidade e Insalubridade que existem profissões que também têm risco, por exemplo, os sapadores, não vendo porque é que os sapadores, mas isso é uma questão de legislação, não têm essa possibilidade e outros, por exemplo, a nível da carpintaria e também são sujeitos, portanto a algumas substâncias, mas também não têm direito, para o efeito, tanto mais que procurou naquela que foi a reapreciação da listagem, tentar procurar quem é que eram, exatamente os nossos operacionais que poderiam ser inclusos em acréscimo, sendo 55, mas houve a resposta prontória que, em termos de enquadramento legal, não, não é possível.

Declaração de voto da Vereadora Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo:

“Declaração de voto

Relativamente à Proposta da Presidência n.º 647/2026, datada de 21 de janeiro de 2026, referente ao Mapa de Pessoal declaro o meu voto contra.

Votei contra a proposta de Mapa de Pessoal apresentada, por considerar que a mesma prevê um aumento muito significativo de postos de trabalho a tempo indeterminado, sem que esteja devidamente fundamentada a sua real necessidade.

Em particular, verifica-se um acréscimo expressivo de lugares nas carreiras de assistente técnico e de técnico superior, não sendo, no meu entendimento, apresentada justificação clara, objetiva e sustentada quanto às necessidades permanentes de serviço que suportam estas novas admissões. A abertura de procedimentos concursais para criação de postos de trabalho por tempo indeterminado deve assentar numa avaliação rigorosa das carências estruturais da organização, devidamente demonstradas e enquadradas numa estratégia consistente de gestão de recursos humanos. De salientar que no ano de 2025 as despesas com pessoal ultrapassaram os 5,5 milhões de euros, representando aproximadamente 50% da despesa corrente.

Acresce que decisões desta natureza têm impacto financeiro duradouro, condicionando a sustentabilidade futura da entidade e reduzindo a margem de flexibilidade na afetação de recursos. Por isso, exigem especial prudência, planeamento e transparência na sua fundamentação.

Não estando suficientemente demonstrada a imprescindibilidade e o enquadramento estratégico deste reforço de pessoal, não posso acompanhar a presente proposta.”

Remeter à Assembleia Municipal

PONTO Nº 3 – SF- Deliberação Nº 37/2026

Orçamento e GOP’S para o ano de 2026 (Revisão nº 1 ao Orçamento e ás GOP’S Corrigido de 2025)

Nos termos da Informação/Proposta Nº 695/2026, datada de 22 de janeiro de 2026, da Divisão Administrativa Financeira o Executivo Reunido não aprova por Maioria, com 3 (três) votos a favor dos Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, todos com declaração de voto e 2 (dois) votos contra por parte do Presidente da Câmara Dr. José Dinis Samarra Serra, com declaração de voto e Vice-Presidente da Câmara Dr. José Leandro Lopes Semedo, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2026, nos valores globais do orçamento e da despesa e das GOP'S, devendo ser submetido á **Assembleia Municipal**.

Intervenções:

- Presidente da Câmara Dr. **José Dinis Samarra Serra**, teceu algumas considerações lendo para o efeito o seguinte:

"O orçamento do município de Nisa para o exercício de 2026 ascende a 31.800.119 € quer ao nível da receita, quer ao nível da despesa, assegurando o princípio do equilíbrio orçamental formal, a estrutura orçamental evidencia uma clara separação entre a receita e despesas correntes e receitas de despesas de capital, permitindo uma leitura rigorosa da sustentabilidade financeira do município.

As receitas correntes totalizam 14.016.275 €, enquanto as despesas correntes se fixam nos 13.906.935 €, resultante num saldo corrente positivo indicador central de boa gestão financeira, este resultado demonstra que o nosso município consegue financiar integralmente as suas despesas de funcionamento regular, pessoal e serviços, transferências correntes e encargos financeiros com receitas próprias e transferências correntes, não recorre ao endividamento para suportar despesa corrente, respeitando um princípio fundamental da sustentabilidade orçamental e gera poupança corrente, condição que é essencial para apoiar o investimento Público municipal, este equilíbrio corrente é particularmente relevante num contexto de aumento generalizado de custos operacionais e traduz uma gestão criteriosa da despesa alinhada com a capacidade real de arrecadação da receita corrente.

No domínio do investimento as despesas de capital 17.893.183 €, sendo financiados maioritariamente por receitas de capital que totalizam 15.935.708 € complementadas e já aqui trazido pelo saldo de gerência anterior, no montante de 1.848,125,52 €.

Essa estrutura evidencia que o esforço do investimento municipal é suportado essencialmente por transferências de capital, nomeadamente da origem nacional ou de fundos comunitários. O saldo da gerência anterior é utilizado de forma responsável ou, será utilizado de forma responsável, reforçando o financiamento do investimento sem comprometer a estabilidade financeira futura, não se verifica pressão estrutural sobre recurso excessivo e passivos financeiros, o investimento concentra-se em infraestruturas, equipamentos e bens de domínio Público, com especial incidência em obras estruturantes, refletindo uma orientação estratégica para o desenvolvimento territorial e para valorização do capital Público municipal. Em termos globais, o orçamento aqui trazido evidencia equilíbrios corrente efetivo com receitas correntes superiores às despesas correntes, sustentabilidade financeira, sem recurso

estrutural ou endividamento para despesas de funcionamento, coerência entre investimentos e financiamento, com adequação, correspondência entre receitas e despesas de capital, e também uma boa gestão de equilíbrio financeiro inter-temporal, reforçada pelo encaramento. como naquele puderam ter observado do plano orçamental plurianual, este enquadramento confirma que a pretensão é de prosseguir com uma gestão financeira equilibrada, responsável e rigorosa, assente nos princípios de boa governação e da conformidade legal, garantindo simultaneamente a estabilidade institucional e a continuidade dos serviços públicos e a capacidade efetiva de concretização de investimentos estruturantes.

Em termos daquilo que é a análise de projeção de investimentos no território para o exercício de 2026, o exercício de 2026 afirma-se mais uma vez como um ano de forte concretização, material de investimento Público estruturado e territorialmente equilibrado, no qual o município de Nisa concretiza opções claras orientadas para a qualificação do território e a melhoria da qualidade de vida das suas populações, o reforço da coesão social e a criação de condições sustentáveis para o desenvolvimento económico e turístico a estratégia de investimento municipal em 2026 assente numa lógica integrada, conjugando obras estruturantes, requalificação de equipamentos municipais e de proximidade, eficiência energética, valorização patrimonial, dinamização cultural e associativo e reforço da proteção civil e da ação social, garantida a execução material visível no território.

Como é evidente, eu vou destacar em primeiro lugar a ponte Internacional sobre o Rio Sever, que é um eixo estruturante de 2026, em 2026, é a ponte Internacional sobre o Rio Sever ou a sua intervenção, a sua obra, assume-se como um investimento estruturante central do município, encontrando-se numa fase, determinando o seu ciclo de concretização, este projeto apresenta um salto estrutural na conectividade transfronteiriça, que vai ligar diretamente o Conselho de Nisa a Espanha, um instrumento de coesão territorial combatente o isolamento do interior, um fator indutor de desenvolvimento económico a médio e longo prazo, evidentemente quer a nível turístico e logístico, um investimento com forte efeito multiplicador sobre o restante investidor.

Relativamente a um segundo ponto que enuncio como uma obra estruturante e de mobilidade com execução em 2026 no domínio das infraestruturas e do ordenamento do território, em 2026 integra investimentos estudantes com impacto direto, designadamente na beneficiação de arruamentos no Concelho, melhorando a acessibilidade de segurança Rodoviária e mobilidade e ainda regeneração urbana e valorização dos espaços públicos nomeadamente em áreas centrais e de maior pressão funcional, essa beneficiação, como devem ter percebido, esta consideração para a beneficiação de acessibilidades tem nas PPI's, na página 5, um montante de 200.000 €, que é complementado pela beneficiação de arruamentos do Concelho em 800.000 €, nas PPI's. na página três, existe um trabalho de mapeamento, Largo da Coberta, rua dos Pelames, rua da Curral, em Alpalhão, rua António Almeida Bastos, arranjo paisagístico na envolvente da Igreja em Arez, ligação da estrada municipal 528 à estrada de Vila Flor, em Amieira do Tejo, Largo do Açude, rua do Regato, na Falagueira, Rua Principal no Chão da Velha, rua das Laranjeiras, rua da Fonte, largo do Cimo do Monte no Monte Claro, rua M-1003 nos Montes Matos, rua de São Pedro à nacional 359, Montalvão, rua da Escola e requalificação da entrada da Salavessa, ligação rua do Fundo do Monte à estrada do Pego das Portas e ligação do largo de São João à rua da ffonte, em

Santana, rua Dr. Gonçalves Proença, rua do Arrabalde, rua do Matadouro à rua Dr. Alves da Costa, rua Dr. Benttencourt, rua do Chabouco em Tolosa,, rua do Convento, rua de 25 de Abril e estrada do Monte Claro, em articulação com as infraestruturas de Portugal e estrada do Poio, estrada Municipal 525-1 em Nisa

Também nesse contexto de obras estruturantes, há evidenciar o novo quartel dos bombeiros com uma execução de fases determinantes em 2026, reforçando a capacidade operacional da proteção civil. O projeto de 79.212 € e a obra, que tem um carácter plurianual, num montante de 1.535.000 €. que está previsto aí na PPI na página um, este é o valor máximo que estimamos para uma estrutura do tipo 2, conforme previsto no na Portaria 287/2024 16 de novembro, a situação que atualmente está a ser trabalhada com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, estando já na Direção Nacional da mesma.

Também é a continuidade e conclusão dos projetos de habitação municipal relativamente ao 3º eixo que aqui evidenciei, em termo generalista, a requalificação de equipamentos municipais e espaços públicos, onde se inscrevem a requalificação dos balneários da piscina municipal de Nisa, urgente, melhorando condições de conforto e segurança e funcionalidade, está inscrito na classificação da beneficiação de edifícios municipais, onde podem observar 300.000 € na PPI, página um e também eficiência energética PPI página 4 365.000 €, também projetar A piscina municipal de Alpalhão, reforçando equidade territorial no acesso a equipamentos desportivos e recreativos, sendo considerado no ano presente, 55.000 € para projeto e obra, com carácter plurianual, numa previsibilidade de orçamento de 880.000 € obra. Requalificação dos mercados municipais de Alpalhão e Montalvão, valorizando a economia local, os circuitos curtos de comercialização e a dinâmica social das freguesias, neste momento, estão previstos 1.000 € em PPI na página seis de carácter plurianual 93.245 € claramente insuficiente para as duas intervenções, mas que se inscrevem naquilo que é o Aviso Alentejo 2030 Nurb 000122, é uma situação que já está aprovada, em termos daquilo que é a candidatura que foi desenvolvida em conjunto com outros municípios e liderada pela ADRAL, mas que para cada rubrica da candidatura irão ser abertos os avisos necessários em que cada município integrante deverá apresentar candidatura.

Também a requalificação do Jardim municipal de Alpalhão, promovendo a qualidade ambiental, definição pública e valorização urbana, sendo considerado 25.000 € para projeto e obra PPI, na página 4 que vai ter um orçamento estimado Plurianual de 270.000 €, também consideramos que para além de ter, aliás, as públicas também devemos considerar a sua beneficiação, daí estar também incerto nessa proposta de orçamento a beneficiação do Centro Escolar em 100.000 € em obra na PPI, página 2 e numa natureza plurianual, no montante dos anos instalação e renovação de equipamentos lúdicos no território, com especial incidência em espaços frequentados por crianças e famílias, que também está prevista em PPI, na página 4, em 125.000 €

No eixo 4 inovação e património identidade de turismo também manifestar a nossa preocupação relativamente a alguns aspetos, designadamente na alteração da cobertura da Igreja Matriz de Montalvão, que possa ser assim assegurada a preservação de um elemento patrimonial classificado da freguesia, sendo previsto para projeto 5.000 € e obra em PPI, na página 5 plurianual, no montante 250.000 €.

Também a remodelação da cobertura do edifício dos Paços do Concelho. 115.000 €, PPI, página um, sendo que deste valor aqui inscrito já recebemos 55.000 € da CCDR, foi uma candidatura feita diretamente da CCDR e apraz-nos o facto de ter sido a única candidatura validada e aprovada em todo o Alentejo.

Também não podemos deixar para trás a elevação das condições de visita da fortificação de Montalvão criando melhores condições de fluência turística, interpretação patrimonial e valorização histórica, estimando-se um projeto de 5.000 € e uma obra em PPI, na página 6 de natureza plurianual de 500.000 € e que já está considerado, numa aprovação de uma candidatura designada Rede de Fortalezas Alentejo e Algarve, Fortaleza de Montalvão MPRITIR Urbana 00023, esta candidatura tem um valor de 500.000 €, considerados, para o município de Nisa nesta fortificação de Montalvão.

Estão também aqui inscritos, embora dentro daquele que é património, a inovação no cemitério municipal, designadamente na ampliação da área de gavetões, garantido resposta adequada às necessidades da nossa população com dignidade e planeamento numa estimativa de 125.000 € inscrito em PPI, na página 5.

Relativamente à eficiência energética, sustentabilidade e a saúde pública, substituição e modernização dos sistemas de iluminação em equipamentos municipais, aquisição de postos de carregamento para veículos elétricos, 62.665 € previsto no PPI, página 1, remoção de amianto em edifícios municipais com impacto direto na saúde pública, sendo inscrito para o ano de 2026 165.000 € e em termos plurianual de 350.000 € e também intervenção na gestão de resíduos.

Relativamente ao investimento nas Termas da Nisa saúde, bem-estar, reabilitação e área social em 2026 o município aposta no reforço estratégico das Termas de Nisa, enquanto ativo diferenciador do território através de investimentos na ampliação de valências, nomeadamente integração de áreas de termalismo clássico e bem-estar, assim como como conversão da enfermaria para a área de hospedagem de utentes inscrito em PPI no presente ano na página 6 em 225.000 €, mas também está previsto o planeamento e projeção da área de reabilitação física e funcional, o planeamento e projeção da área social e do envelhecimento ativo e consolidação das termas como um equipamento social de saúde, bem-estar e do turismo, este investimento reforçará no seu toda a articulação entre a saúde, entre economia local e a coesão social, no que diz respeito à cultura, associativismo e economia social, a dimensão cultural e associativa assumam o papel central no investimento de 2026, é onde temos a programação Nisacultura assegurando uma oferta cultural regular anual, descentralizada nas freguesias e acessível a todos, é estimado em AMR em 91.000 €, página 2, o evento Nisa em Festa afirmando-se como uma festa da família, espaço de convivência intergeracional e simultaneamente a fonte relevante da receita para associações e coletividades locais, há aqui uma estimativa de 510.000 € que estará muito acima daquilo que está previsível na programação para este ano, está prevista na AMR, na página 2, também o apoio ao associativismo cultural, recreativo e desportivo, reforçando o tecido comunitário e a identidade local 37.000 €, cultura 46.000 €, desporto 12.430 €, entidades religiosas no montante e prevista em AMR, na página 3 em 96.330 €, valorização do património, olaria pedrada de Nisa, procedimento de classificação e candidatura da montante de 25.000 € a AMR, na página 2 e numa estimativa plurianual 105.000 €, situação que

também é financiada ao abrigo de candidatura conjunta desenvolvida pela Comunidade intermunicipal, no que diz respeito ao apoio social IPSS, Proteção Civil em 2026, o município mantém um apoio estruturado e exequível para as IPSS, Instituições Sociais, a reserva é em apoios em capital no montante dos 245.000 €, previsto na AMR da página 2, a Ação Social direta, apoios às famílias, idosos e públicos vulneráveis não tem aquele levantamento de todos, de todas as situações, mas temos o fundo municipal de apoio social 10.000 €, Nascido em Nisa com perspetiva de revisão do regulamento alargado ao terceiro filho, Há situações que vai obrigar, não apenas, à condução de elaboração de regulamentos como à revisão dos mesmos, aqui 20.000 € comparticipação de medicamentos 25.000 €, Teleassistência e Seguro Municipal de Saúde, estas inclusas, nas despesas gerais, também os nossos Bombeiros, Proteção Civil, através de comparticipações regulares, investimento em equipamentos e infraestruturas numa AP, financiamento da APP 56.500 € e um apoio financeiro estimado em 70.000 € este ano previsto na AMR página 1, também ao nível do apoio à educação e ensino superior, considerando o apoio à educação, um eixo estruturante de intervenção municipal, assume-se como um investimento estratégico no capital humano, na igualdade de oportunidades e na coesão social do Concelho de Nisa em termos de educação não superior, de ensino não superior, a garantia das refeições escolares gratuitas, sem limitação de escalão, assegurando a componente da alimentação em contexto educativo como medida de apoio social e promoção do sucesso escolar previsto com 150.000 €, na AMR, página 1, Academia de Férias e Garantia da componente Alimentar, garantindo continuidade de resposta em períodos não letivos e apoio às famílias 30.000 € na AMR, página 1, fornecimento de cadernos de atividades, contribuindo para redução dos encargos das famílias e para a equidade no acesso a materiais pedagógicos 32.500 €, AMR, página 1, sendo, numa perspetiva plurianual reforçada em 2026/27 com outras possibilidades, aqui da consideração, para além dos cadernos de atividades, em termos dos prémios do mérito escolar, ainda no âmbito da educação e como complemento as medidas de apoio direto à família e aos alunos, o município continua a prever em 2026, a atribuição de prémios de mérito escolar inscritos no domínio das funções sociais, é necessário reconhecer e valorizar o mérito, o esforço e a e a excelência académica dos alunos do Concelho e incentivo ao empenho, à persistência e ao sucesso educativo, para tal, na AMR da página 2, detemos um valor estimado em 17.500 € relativamente ao apoio no ensino superior, no que respeita ao ensino superior o município pretende atribuir um apoio direto e estruturado aos estudantes desta via de ensino superior, reconhecendo as dificuldades acrescidas associadas às referências do ensino superior para jovens oriundos do território do interior para outras zonas que não sejam da sua zona de residência e isto, temos estimado para a atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior como instrumento de promoção de igualdade de oportunidades e combate ao abandono escolar por razões económicas, uma estimativa de 32.000 €, é previsto na AMR da página 1m vai obrigar sendo uma situação nova à criação de um regulamento, também o apoio aos transportes e a pedido para estudantes do ensino superior e aqui, limitado apenas a quem frequenta, Instituto Superior Público, da zona geográfica do Alto Alentejo, mitigando assim os constrangimentos de mobilidade e reforçando o acesso à formação académica, estimando-se um valor de 50.000 €, na AMR da página 1, também os 32.000 € evidenciados anteriormente estão na AMR da página 1, porque em

termos daquilo que se pretende no conjunto das ações previstas para 2026 no domínio da educação e do ensino superior, evidencia-se uma política, uma opção clara por promover a equidade social e territorial no acesso à educação, apoiar as famílias e os estudantes, reduzindo assim os encargos de direitos indiretos, investir no futuro do Concelho, reconhecendo a educação como pilar fundamental do desenvolvimento humano, económico e social.

O conjunto dos investimentos na sua generalidade, previsto e para serem executados em 2026, evidenciam uma estratégia equilibrada entre grandes obras estruturantes e equipamentos de proximidade, forte incidência territorial, abrangendo a sede do Concelho e as suas freguesias, integração de infraestruturas, património, ambiente, cultura, saúde e ação social e o ano de 2026, afirma-se, assim como um exercício de governação ativa responsável, transformador, em que município de Nisa consolida bases estruturais para o futuro, sem descurar as necessidades imediatas do território e da sua Comunidade, também voltando atrás em equipamentos municipais, esqueci-me de referir que estava aqui no apontamento, portanto, manuscrito, a requalificação, também da escola de Velada, não poderia deixar de ser, portanto, e deixei essa situação de certa forma para o fim, uma revisão dos acordos de execução em contratos interadministrativos com as freguesias, os acordos de execução em contratos interadministrativos com as freguesias assumem em 2026 uma centralidade política reforçada na estratégia de governação do município de Nisa, enquanto instrumento privilegiado de descentralização efetiva, proximidade administrativa e valorização do poder local democrático, o orçamento de 2026 consagra uma dotação global de 500.000 €, estes instrumentos da cooperação inter-administrativa, representam um reforço expressivo inequívoco face a 2026, é a única que a dotação se situou nos 265.000 €, este aumento traduz uma opção clara do executivo, confiar mais nas freguesias dotá-las de melhores meios financeiros e reconhecer o papel insubstituível que desempenham na resposta direta às necessidades quotidianas das populações, face a esse novo patamar de financiamento, entende-se que não basta reforçar a dotação sem reavaliar o modelo, assim, em 2026 será encetado um processo de negociação para a revisão dos acordos de execução dos contratos em termos administrativos, com o objetivo de atualizar os acordos à nova realidade financeira e às legítimas expectativas das freguesias, reequilibrar as responsabilidades, meios e resultados, promovendo uma maior justiça territorial, reforçar a transparência, clareza e previsibilidade na relação institucional e garantir que o aumento dos recursos se traduza em melhor serviço Público, maior eficácia e maior proximidade, este com certeza será um processo conduzido com um sentido político, respeito institucional e espírito de cooperação, valorizando o diálogo com todos os presidentes de junta num quadro de autonomia, lealdade institucional e defesa do interesse Público Concelhio.

Importa sublinhar que a definição das opções de investimento para o exercício económico de 2026 foi desenvolvido num quadro de diálogo institucional responsável e do respeito pleno pelo exercício do direito de oposição consagrado no regime democrático do poder local, nesse contexto, o executivo municipal demonstra abertura e disponibilidade para ouvir, ponderar e acolher contributos, apresentado pelas forças políticas da oposição, tendo sido integradas diversas sugestões e preocupações, algumas delas é preciso dizer que são materiais e é fácil, portanto, reportar para o instrumento aqui em análise, outras são mais

imaterial e terá obrigatoriamente que ser tratado continuamente com o exercício das nossas funções, tendo sido integradas diversas sugestões e preocupações sempre que consideradas pertinentes e compatíveis com a estratégia global, a sustentabilidade financeira, que é importante não esquecer e o interesse Público do Concelho, esta postura traduz-nos uma Visão de governação, sendo transparência no pluralismo democrático e na valorização do contributo de todos, reforçando a legitimidade das opções tomadas e a coesão institucional em torno de um objetivo comum, o desenvolvimento equilibrado e sustentável do nosso próprio município.”

Vereadora Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, disse terem ficado satisfeitos por terem convidado todas as forças políticas da oposição, para darem o contributo para o orçamento, no entanto, ficou um bocado aquém do que estariam à espera, dizendo ter algumas dúvidas nalgumas rubricas e gostaria de ser esclarecida, na página um, a rubrica que diz Cine Center, é o quê, ao que lhe foi respondido ser um projeto que visa a requalificação do espaço, não apenas que vai ser libertado da “Valquíria”, mas também do 1º piso, será um espaço multiuso, multifuncional, que apenas está consignada um valor residual, para estar aberto, não existe projeto ainda, será numa perspetiva de consolidar aquele espaço, num espaço multiuso em que se possa considerar útil e tendo em conta a natureza cultural do espaço para acolhimento de alguns eventos, de reuniões, de congressos, em que aquele espaço possa ser dignificado para o efeito.

Na página 2 na rubrica. 2.1.1 - 2026/9 onde diz requalificação da escola primária de Velada, uma obra, pensando que esta rubrica não está aqui bem enquadrada, porque sendo uma obra, não deveria estar aqui, tendo sido esclarecido que por tratar-se de um equipamento, escola, foi aí enquadrado, pretendendo-se aqui, para já, na reposição da cobertura para evitar danos maiores naquilo que é a própria infraestrutura e pensar num aspeto global para 2027, importando agora que se faça uma intervenção para se salvar a estrutura em si, sendo a escola pertença da Câmara e indo o território ter dois pontos em termos de telecomunicações em que é urgente instalar para se poder resolver o problema da fibra ótica, sendo um deles Montalvão e o outro a Velada em que se considera aquele ponto para a instalação.

Perguntou ainda o que era, na mesma folha, 2.0 Saúde – Infraestruturas de Cuidados de Saúde primários, tendo sido respondido que isto também está previsto no Pacto da Comunidade Intermunicipal sendo isso o valor que coube ao Município de Nisa.

Relativamente á página 5 questionou, na Cultura – Outros investimentos, uma verba até 2030, 85.000 €, e que mais baixo existe outra que diz outros serviços que no total dos anos soma 423.000 €, tendo sido respondido que eventualmente será equipamento variado para os edifícios, sendo considerada uma rubrica generalista e que relativamente à rubrica 5.1, foi esclarecido que se pretende programar o Nisa Cultura e levar a todas as freguesias artistas, como por exemplo o festival de acordeón nas freguesias, tem que se contratar serviços para o para o efeito e toda a logística associada, há possibilidade de levar exatamente essa cultura, uma programação contínua e anual, não só para o Cineteatro, mas também para levar a cultura às freguesias, daí a sua natureza plurianual não circunscrita apenas a este ano mas desenvolvida ao longo do tempo.

Solicitou ainda informação relativamente aos transportes rodoviários, beneficiação de acessibilidades em espaço rural, aquisição de imóveis, Juntas de Freguesia, que tem a ver com os monos e o espaço dos terrenos dos monos e saber de quem são

Vereador Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, disse que o que se tem passado com a questão dos monos e por aquilo que dizem, no início, a situação era diferente porque a Câmara responde perante a solicitação para irem buscar a casa ou coisa do género, normalmente é isso que acontece, mas nas outras freguesias não acontece ou então até mesmo, por exemplo em Santana acontece a mesma situação.

Questionou se relativamente a uma verba relativa á requalificação da Tapada do Chão de Alter se são valores residuais que sobraram da empreitada ou se é dívida, tendo sido esclarecido que ainda é dívida.

Disse também que tinham solicitado uma listagem com os compromissos que transitavam e também a outra situação relativamente aos fundos comunitários, no fundo seriam as obras que estão em execução com o fundo respetivo e aquelas que têm candidaturas aprovadas e que ainda não começaram, tendo sido distribuída pelo Presidente Dr. José Dinis Samarra Serra, uma listagem, fazendo-se referência á estratégia local de habitação, tapada do chão de Alter, valores que ficaram cativados.

Foi ainda feita referência ao abastecimento de água e á questão da reabilitação da captação da nascente da Galeana, o Projeto ÉNisa-Tech, aquisição de equipamento lúdico em espaço público, referente a parques infantis, Alpalhão, Tolosa e outros espaços de todas as Freguesias, reabilitação da Igreja Matriz de Montalvão, Valorização turística das margens do Tejo e zona ribeirinhas, beneficiação de acessibilidades em espaço rural, construção da ponte sobre o Rio Sever, apoios financeiros na área do desporto e recreio, em que foram prestados os esclarecimentos respetivos.

Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, disse ter várias questões e começou pelas GOP, aquisição de postos de carregamento 62.665 euros, na generalidade destas situações, por isso precisa de entender, as empresas colocam os postos de carregamento por sua conta e pagam o que tiverem que pagar, porquê esta opção, ser a Câmara a adquirir os postos de carregamento, equipamento básico está inscrita uma verba, para 2026, de 125.000 euros, 2027, de 119.000 euros, até atingir no final do mandato um montante de 618.000 euros, esse valor respeita especificamente o quê? Remodelação da cobertura do edifício do Paços do concelho 115.000 euros, isto não está concluído? Reparação e beneficiação de edifícios municipais temos 300.000 euros de forma generalista e para amianto também uma verba generalista. Novo quartel dos bombeiros, para este ano de 2026, temos uma rubrica de projeto de 79.212 euros e uma rubrica de obra de 20.000 euros, sendo que a construção será iniciada em 2027. A minha questão, até olhando para a capa do orçamento de 2026 que é a imagem do novo quartel, é se já temos projeto? Tendo projeto qual é o orçamento total para a construção deste edifício? Parece insuficiente o montante considerado. Relativamente à questão da escola da Velada qual é a finalidade daquela requalificação, para quê? Qual é a finalidade deste investimento? Este ano só tem afeto 25.000 €. São dois espaços para requalificar. Os 800.000 euros mais 200.000 euros perfaz um milhão para diversos

arruamentos no concelho. A aquisição de terrenos que tem uma verba apenas para ficar em aberto. Relativamente ao Nisa em festa, nós temos 500.000 euros, temos segurança 15.000 euros, outros bens 10.000 euros, publicidade 15.326 euros e aluguer 80.000 euros, este aluguer o que engloba? Atribuição de apoios financeiros em bolo para todas as associações na área desportiva, recreio e lazer de 46.900 euros, como é feita a distribuição? Aquisição de equipamento lúdico em espaço público na ordem dos 125.000 euros este ano é para parques infantis? Outros trabalhos especializados nas termas temos, em 2026, 231.000 euros, no próximo ano 218.000 euros, ou seja, ao fim do mandato teremos investido 1.135.000 euros, para requalificar as termas, mas não numa perspectiva de unidade de convalescença ou unidade de cuidados continuados, não é para isso que perspetivam este montante? Olhando para as atividades mais relevantes, temos Nisa Cultura, uma rubrica de Outros Serviços, inclui os artistas a contratar e que mais? Relativamente aos Percursos Pedestres no ponto, Pontes Pedonais, temos 45.000 euros para a manutenção das 3 pontes em todos os anos?

Olhando para a Despesa na página 14/21 temos Prémios, Condecorações e Ofertas 55.000 euros, precisamos de tanto dinheiro para condecorar? O que engloba, cabazes de natal e todas as ofertas. Na conta 02.01.21, Outros Bens 240.200 euros, o que é os Outros Bens, bens sem classificação própria? Relativamente aos transportes, temos 211,785 euros, na 02.02.10, que transportes são estes? Consultoria 125.000 euros são todos os serviços ao exterior. Outros trabalhos especializados, na 02.02.20, 764.445 euros e depois temos mais de 700.000 euros em todos os anos deste mandato, o que é isto? São juristas, médicos, ROC e outros. Temos ainda a 02.02.25, Outros Serviços, no valor de 1.597.008 euros e depois sempre um milhão nos anos seguintes, o que cai aqui nesta conta? Na 02.02.04. Famílias, 250.000 euros, respeita a que? Tem ainda a 04.08.02.01 Programas Ocupacionais e tem a rubrica Outros 04.08.02.02 que são 150.000 euros. Na 06.02.03.05, tem mais uma rubrica Outras no valor de 250.250 euros a que respeita? Na conta 07.01.03.07 na rubrica Outros no montante de 1.662.212 euros, o que são estes outros? Em Outros Investimentos, 07.01.15, tem, em 2026, 244.454 euros e depois passa, em 2027, para 769.448 euros, de que se trata? Tem a ver com gestão de resíduos, mas a subida tem a ver com compromissos para 2027 e outros anos. O mesmo se passa na 07.03.03.13, devemos ter um compromisso, porque apresentamos o montante de 260.662 euros e depois 740.000 euros em 2027. Em infraestruturas também existe compromisso? Na receita, a 07.01.08 - Mercadorias, 302.000 euros e na 07.02.09 - Outros 263.930 euros a que diz respeito? Pode dar-me um exemplo do que não está classificado. Na 09.04.01.03 temos uma receita praticamente permanente em Outros, no montante de 639 mil euros, 650 mil euros, 660 mil euros, e seguintes. Todos os anos temos esta receita na venda de bens de investimento. Este ano entendo pelo recebimento da hasta pública da Albergaria, mas para 2027 e seguintes o que se prevê vender nestes montantes.

- Presidente da Câmara Dr. **José Dinis Samarra Serra**, esclareceu que relativamente à do equipamento básico, dizia respeito a equipamento diversificado, ferramentas, cadeiras, mesas, sendo uma rubrica generalista;

Remodelação da cobertura do Edifício dos Paços do Concelho, referiu estar financiado, sendo um acordo de gestão com a CCDR;

Relativamente ao novo quartel dos Bombeiros, a rubrica foi aberta porque pode não ser aberto só em 2027, pode ser antes, relativamente ao projeto, temos uma projeção, sim, essa situação não é apenas nós projetarmos a portaria que referiu, tem que se ter uma tipologia especificada e tem a ver com os nossos operacionais, o número, mas também com as respectivas capacidades de intervenção, e quando se projeta um quartel, não é olhar-se um edifício onde se vão meter os carros de suporte, tem que se olhar não só para dignificação dos respetivos operacionais e obedece, não apenas a determinadas metragens quadradas por espaços que devem ser respeitados, o projeto tem que passar pela autoridade Nacional de Proteção Civil. que é o que se tem já trabalhado no âmbito do projeto, a planta e a projeção do edifício que respeita exatamente essa tipologia estrutura 2 e o valor que aí está incerto até pode ser um valor inferior, mas é até esse limite que pode existir financiamento daí ter considerado o valor de 1.535.000 € em conformidade com o respetivo diploma legal que especifica essa possibilidade, a dúvida e interesse é porque via é que vai ser financiado, como se sabe é ridícula a verba que foi afeta à proteção civil a nível do Pacto, mas a reivindicação, não sabendo a nível de outros municípios, qual é que é a premência em termos de instalações para quartéis de bombeiro, como aconteceu com as escolas, em 2020 fomos surpreendidos com 10.000.000 €, só distribuído para as escolas, agora relativamente ao quartel, não são 115.000 € que já gastamos que vão permitir fazer um quartel., tem que se perceber se a nível do Pacto vai o reforço dessa prioridade de investimento em sede de reprogramações financeiras ou se a nível de do Ministério da Administração Interna existe uma distribuição de um aviso, de uma verba para as instalações, importando agora perceber os passos e os passos estão em conformidade com aquilo que acabou de dizer, a projeção do espaço quartel em termos de projeto, já foi trabalhado a nível do comando distrital em Portalegre e já foi validado, já foi reportado à Direção Nacional da Autoridade de Proteção Civil e agora está-se à espera de novos desenvolvimentos designadamente o chamamento, portanto, das nossas personagens e da Autoridade Nacional de Proteção Civil Distrital, para se poder defender a nossa dama relativamente a esse projeto, ser financiado por um aviso ser financiado a nível do PAC, não o crê, estando-se dependente dessa possibilidade, mas considerando-se que vá ser financiado porque a portaria prevê exatamente esse financiamento, o projeto está apenas feito, não está na especialidade de orçamento, por isso aquilo que considerou foi o limite da estrutura tipo 2, 1.535.000 €, que pode ser menos.

No que diz respeito á Escola da Velada não está bem classificada na rubrica, mas a preocupação é cobertura neste momento, vai ter vai ter duas funcionalidades, e ainda não tendo falado com quem de direito para ver se é possível a sua interpretação, para um dos espaços, o outro será para uso coletivo, não apenas associativo, mas também, generalizado à população, o outro são dois espaços que há lá, um deles reserva-se ainda, mas crê que vai ser bem acolhido;

Acerca do Nisa em festa, refere-se a aluguer de palcos, sons, geradores, situações á parte dos 510.000 €;

Em relação às Termas, aquilo que está neste momento, portanto como já se tinha conversado este ano, vai-se apostar e irá trazer-se na próxima reunião ou na última de fevereiro, um programa de oferta diversificada que se vai concentrar este ano apenas no bem-estar e termalismo clássico, reabilitação, componente social é uma ideia que acha que poderá ser

interessante naquilo que é uma perspetiva da interpretação intergeracional, essas estão previstas em termos de planeamento e de programação para 2027, o modelo é que ainda não está firmado, crê que até final do primeiro semestre e reiterando já propostas para trazer e discutir, relativamente à reabilitação está firmado que se vai avançar na lógica daquilo que se conversou em reunião mais em privado, olhar as termas, monstro de dimensão que ultrapassa a especificidade das termas, mas numa perspetiva, como se olha as clínicas que têm várias especialidades e aí sim, Integrar a reabilitação, olhando o social, olhando os 26 ha à volta das termas porque não pode olhar só as termas por termas que aquilo tem um potencial enorme, ainda há relativamente pouco tempo já a pensar em 2027 ter-se aqui, programações mesmo de receber atletas e determinadas provas, aquele espaço tem um potencial enorme, o antigo balneário tem que ser requalificado, mas tem que se olhar, para a realidade sobre as várias perspetivas, o que é que se pode dinamizar nas termas falando termas mas falando de termas na sua dimensão do espaço físico existente, não apenas na especialidade de termas porque aquilo é complexo termal, sendo isso que tem que ser trabalhado num planeamento de concentração sobre várias possibilidades a nível de reabilitação naquele edifício, reabilitação e aspeto social, mas na sua dimensão, também alargado ao desporto e aproveitamento da natureza e rearborização, que também não está aí contemplada, confidenciando que aquele espaço está considerado no plano do Pisão, para rearborização;

A nível do É-Nisa é-Cultura, está a ser trabalhado a nível da Cima, um projeto na dimensão do Alto Alentejo, não existindo ainda situações precisas que podem aliviar aqui alguma despesa porque estar a olhar-se o festival da Acordeão ou outro festival qualquer nas freguesias, poderá ser redimensionado para aquilo que está a ser trabalhado num amplo projeto cultural para o território do Alto Alentejo, não existindo ainda situações em concreto, estando a alinhar-se as propostas para fazer face exatamente àquilo que foi a proposta que foi formulada para o efeito;

Nos Percursos pedestres existem três pontes, que necessitam de manutenção e substituição de vários equipamentos, verificação e correção de cabos, redes;

Relativamente a Despesa na página 14/21, Prémios, Condecorações e Ofertas, organização do 25 de abril, cabazes de natal, todas as ofertas;

Da conta 02.01.21, Outros Bens, saem os bens que não têm classificação própria, ferramentas, iluminação de natal, parafusos, material de desgaste rápido;

Relativamente ao 02.02.10, transportes, refere-se ao transporte de alunos em autocarro e também os táxis;

Outros trabalhos especializados, na 02.02.20, a contratação de serviços de inspeções, fiscalizações, médicos das termas, Juristas, Contabilistas;

Na conta 02.02.25 caem refeições em restaurantes, mão de obra mecânica, reparações de equipamentos;

Na 04.08.04.01, respeita a valores do seguro municipal de saúde;

Na 06.02.03.05, tem a ver com registos dos notários, pagamentos à Sociedade Portuguesa de Autores;

Na 07.01.03.07- outros refere-se a venda de bens e serviços, água;

Na 07.01.15, Outros Investimentos, tem a ver com a gestão de resíduos, tem a ver com o que se paga anualmente para ir-se depositar o lixo na Valnor;

Na 07.02.09 – Outros é referente a receitas que não estão especificamente classificadas, como por exemplo as verbas dos sensos, das eleições;

Na 09.04.01.03 – outros, vendas em hasta pública, vendas de máquinas que a Câmara vende que já não têm uso municipal, venda de lotes.

- Vice-Presidente Dr. **José Leandro Lopes Semedo**, relativamente aos postos de abastecimento esclareceu que tem a ver com postos de abastecimento e carregamento no interior do parque de viaturas, irão ser necessários provavelmente de um reforço daquilo que são os carregamentos, existem neste momento quatro postos, digamos box vulgar, muito conhecidas como box para carregar as viaturas elétricas do município, mas esta situação acarreta que viaturas mais pesadas, isto é, de alguma capacidade, é necessário mesmo fazer este investimento, quanto às aos restantes postos de abastecimento, é verdade aquilo que aconteceu com a Telecom, também como uma entidade, do grupo desse Telecom, que neste momento tem investimentos na área um IP que têm em Braga, que desenvolve todos estes investimentos em termos do território e que está a privilegiar colocar, principalmente zonas de baixa densidade, postos de carregamento, havendo em tempos uma ideia nossa de colocar ou fazer proposta na altura à Entidade que fazia a gestão dos postos, para mapear em todo o Concelho, pelo menos um posto em cada uma das freguesias, não foi aceite pela questão da densidade que na altura não via esta situação e neste momento, realmente há essa abertura, eles colocam mesmo o equipamento e depois a única coisa que há de vir provavelmente depois à Câmara, é a cedência do terreno da via pública, que eles fazem a instalação.

Declaração de voto CDU:

"Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Nisa

Grandes Opções do Plano e orçamento da receita e da despesa do Município de Nisa, para o ano de 2026

DECLARAÇÃO DE VOTO

Valorizamos o facto de todos os Vereadores, em regime de não permanência, terem sido convidados para uma reunião de trabalho onde puderam apresentar as suas propostas para a construção dos documentos previsionais do Município de Nisa para o ano de 2026.

No respeito pelo trabalho desenvolvido pelos técnicos do Município, sublinhamos os seguintes aspetos que consideramos determinantes:

- Não estamos na posse de toda a informação dado que, apesar de solicitados pelos Vereadores da CDU, na reunião acima referida, não nos foram entregues os documentos que nos permitiriam fazer uma análise precisa, nomeadamente: listagem de dívidas a terceiros e listagem de projetos aprovados com indicação da respetiva fonte de financiamento.

- Do mesmo modo, não tendo sido efetuada a Auditoria Externa proposta em reunião de Câmara, não nos é possível aferir a situação financeira do Município.

- Acresce que as propostas apresentadas pela CDU não estão inscritas em Orçamento e GOP com calendarização para 2026, surgindo algumas delas para anos posteriores.

- Contrariamente ao referido no Relatório do Orçamento, este não "(...) visa a melhoria equitativa de oportunidades e de qualidade de vida de todos os cidadãos do Concelho de Nisa", dado que não defende de forma explícita e devidamente cabimentadas, as propostas apresentadas e que passamos a sublinhar mais uma vez:

- Revitalizar o projeto termal da Fadagosa em todas as suas vertentes saúde, lazer, SPA e garantir a requalificação das instalações do Centro de Internamento avançando para a possibilidade de utilização na área de reabilitação.

- Melhorar os acessos da ZAE com ligação à estrada do Patalou e alargamento da Azinhaga D'Água.

- Rever os protocolos com as Freguesias, assegurando a igualdade de tratamento na descentralização de competências, bem como o reforço e compensação das verbas.

- Reparar o telhado e os retábulos da igreja de Montalvão e instalação elétrica.

- Revitalizar as geminações celebradas entre o Município e outras localidades.

- Garantir aos alunos subsidiados o fornecimento de refeições em períodos de férias.

- Reforçar o número de Assistentes Operacionais no agrupamento de escolas dando-lhes formação adequada.

- Criar um programa de bolsas de estudo par o ensino superior

- Alargar os incentivos à natalidade até ao terceiro filho.

- Construir o novo quartel de Bombeiros.

- Implementar programas de controle de reprodução de animais de companhia.

- Valorizar a integração do território concelhio no território de Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional.

- Valorizar e promover o Monumento Natural das Portas de Ródão e do Centro Interpretativo do Conhal.

- Proceder à limpeza de todas as Ribeiras do Concelho.

- Construir o acesso entre Vila Flor e Albarrol, bem como o arranjo do caminho paralelo ao IP2 entre a albergaria e a estrada de Albarrol.

- Beneficiar o caminho na serra de São Miguel que dá acesso ao posto de vigia.

- Arranjar o telhado da Casa do Povo de Montalvão.

- Requalificar a Rua Principal da Salavessa.

- Colocar bandas sonoras no início das localidades.

- Requalificar os percursos pedestres no que respeita a madeiras e sinalética.

- Construir uma rampa de acesso ao Tejo, na Salavessa.

- Completar a estrada do lado nascente em Salavessa, como rota de fuga, de emergência

- Em articulação com os concelhos limítrofes diligenciar pela classificação da Arte Rupestre do Tejo como Património Cultural Nacional.

- Requalificar o Mercado Municipal, em Alpalhão, como Pavilhão Multiusos.

- Requalificar o Jardim Municipal de Alpalhão.

- Requalificar o Centro Cultural José Maria Moura, em Alpalhão.

- Requalificar o parque infantil de Alpalhão, sem esquecer a necessidade do seu sombreamento.

- Requalificar o jardim da Fonte Ribeira em Arez.

- Dinamizar os Cais do Tejo em Santana bem como, em parceria com as Associações/

- Realizar atividades desportivas e de lazer no Tejo.
- Proceder ao arranjo do final da Rua do Fundo do Monte e das Azinhagas da Portela, do Ribeirinho no Arneiro, a que liga a Portela dá acesso ao caminho do Pego e a que une o Largo de São João à Rua da Fonte, no Pardo, na freguesia de Santana.

Na sequência das razões enunciadas, pelo princípio da precaução e em consciência, os Vereadores da CDU em regime de não permanência não se encontram em condições de votar favoravelmente os documentos previsionais em discussão nesta reunião.

Assim, os Vereadores da CDU votam contra as Grandes Opções Do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa do Município de Nisa, para o ano de 2026.

Nisa, 26 de janeiro de 2026

Os Vereadores da CDU

João Malpique

Ana Cecília Manteiga”

Declaração de voto Vereadora, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo:

“Declaração de voto –

Votei contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2026 porque entendo que este processo ficou marcado pela falta de transparência, pela limitação do escrutínio e por uma preocupante desvalorização do papel da oposição. Foi-nos remetida a documentação no final do dia 22/01 para reunião no dia 26/01. Três dias para analisar documentos estruturantes que definem o rumo do concelho para um ano inteiro não é exigência, imposição. Um orçamento não pode ser tratado como uma formalidade administrativa nem reduzido a um exercício de maioria automática.

Desde a primeira reunião deste executivo que solicitei informação essencial ao exercício responsável do meu mandato, o balancete analítico e a decomposição detalhada das contas do “Nisa em Festa”. Solicitei que antes da apresentação do orçamento para votação em reunião de câmara me fosse disponibilizado um *draft* para análise. Foi igualmente solicitado o mapa de compromissos assumidos. Nenhuma destas solicitações foi atendida, contudo não se trata de um capricho político; trata-se do direito e do dever de escrutinar a gestão dos recursos públicos.

Mais grave ainda, a proposta de realização de uma auditoria independente, que apresentei por considerar fundamental para reforçar a confiança e a transparência, foi rejeitada através de um malabarismo jurídico que, longe de esclarecer, apenas reforça as dúvidas. Quem nada tem a esconder não teme auditorias.

Não estão em causa apenas opções políticas diferentes. Está em causa a qualidade da democracia local, o respeito institucional entre eleitos e a transparência na gestão do dinheiro dos munícipes.

Por outro lado, votei contra a proposta de Orçamento apresentada, por considerar que a mesma não reúne as condições necessárias de clareza, rigor e transparência que devem nortear a gestão dos recursos públicos.

Em primeiro lugar, o documento não apresenta de forma clara e suficientemente detalhada toda a informação relativa às verbas inscritas nas contas, dificultando uma análise objetiva,

rigorosa e devidamente fundamentada. A ausência de discriminação adequada de determinadas rubricas e a falta de explicitação de critérios na afetação de recursos comprometem a transparência e a confiança que devem estar subjacentes a este instrumento fundamental de gestão.

Em segundo lugar, várias das opções estratégicas e prioridades definidas no Orçamento não estão alinhadas com a minha visão para o desenvolvimento do território. Entendo que o investimento deveria incidir de forma mais estruturada em áreas que considero prioritárias, promovendo um crescimento equilibrado, sustentável e socialmente justo.

O Orçamento é o principal instrumento de orientação política e financeira de uma entidade pública, devendo refletir com clareza as prioridades, assegurar rigor na previsão e garantir transparência na execução. Não se verificando, no meu entendimento, estas condições de forma satisfatória, não me é possível acompanhar a presente proposta.

O meu voto contra é um voto de coerência, de exigência e de responsabilidade política. Não posso validar um orçamento quando persistem dúvidas, falta informação relevante e se bloqueiam mecanismos de fiscalização. Os municípios merecem mais rigor, mais clareza e mais respeito.”

Declaração de voto Presidente da Câmara, Dr. José Dinis Samarra Serra:

“O orçamento municipal para o exercício de 2026 foi hoje chumbado por deliberação maioritária dos vereadores da oposição, trata-se de uma decisão política de elevada relevância, cujas consequências devem ser claras e objetivamente assumidas, com clareza perante toda a população do Concelho de Nisa.

O documento aqui rejeitado para submissão de discussão em Assembleia Municipal, correspondia a um orçamento financeiramente equilibrado, rigoroso e responsável, com receitas correntes superiores às despesas correntes, sem recurso a endividamento para despesas de funcionamento e com adequado correspondência em receitas e despesas de capital, respeitando integralmente os princípios da legalidade, da boa governação financeira e da sustentabilidade orçamental que é conhecido, portanto, nessa nossa gestão.

O chumbo, agora verificado, não incide apenas sobre um documento técnico contabilístico, mas sobre um instrumento essencial de governação que assegurava a continuidade da ação municipal, a execução de investimentos estruturantes, o apoio às freguesias, às instituições sociais, às associações culturais e desportivas, aos bombeiros bem como à implementação de políticas públicas nas áreas de ação social, educação, cultura e desenvolvimento territorial. O que hoje foi chumbado foi um instrumento essencial de governação de desenvolvimento do Concelho, este chumbo tem consequências e é importante que isso fique absolutamente claro, significa atrasos ou bloqueios na execução de investimentos, fragilização de apoios às IPSS, às associações culturais e desportivas, aos bombeiros, às freguesias e às famílias, significa colocar em causa a continuidade de políticas públicas fundamentais para a coesão social e territorial do Concelho de Nisa.

O executivo em funções fez o seu papel, apresentou um orçamento equilibrado, dialogou, ouviu a oposição. Integrou contributos, maior parte deles que foram elencados aqui estão

inclusos no documento sempre que compatíveis com o interesse Público e a sustentabilidade financeira.

Tal postura agora observada nos elementos da oposição, revela uma posição politicamente incoerente e institucionalmente incompreensível, na medida que o orçamento hoje chumbado integra propostas, medidas e investimentos que foram defendidos e apresentados pelos próprios vereadores da oposição no processo de discussão, em reunião acontecida a 5 no dia 19/01/2026, onde a Senhora Vereadora da oposição do PSD manifestou que não se tinha propriamente preparado.

Votar contra um documento que acolhe contributos por si formulados representa uma contradição política evidente, que fragiliza a credibilidade do voto expresso e transforma o exercício do direito de oposição num mero bloqueio formal desligado do interesse Público e da coerência mínima exigível à ação política responsável.

Mas governar não é ficar refém do bloqueio político, governar é assumir decisões e responder perante os munícipes, reitera-se que a ação tomada hoje pela oposição é uma opção consciente de bloqueio, não é um voto contra o executivo em funções é um voto contra a execução, contra o investimento e contra o funcionamento normal do município, cada vereador que votou contra sabe que está inviabilizar respostas concretas às necessidades do território e das suas pessoas.

Este executivo não se demite das suas responsabilidades, continuará a trabalhar para as pessoas no Concelho com os instrumentos legais disponíveis para garantir o funcionamento dos serviços municipais e para defender o interesse Público, mas não o deixará de afirmar com frontalidade que o chumbo desse orçamento representa um retrocesso e um prejuízo objetivo para o Concelho de Nisa.

A responsabilidade política desta decisão por votar contra é clara e tem rosto na oposição, o tempo, a execução ou a falta dela e o impacto no território demonstrarão que quem esteve do lado do desenvolvimento e quem optou pelo bloqueio, da nossa parte, continuaremos a governar com rigor, sentido de missão, compromisso, responsabilidade perante as pessoas de Nisa e perante todos aqueles que representam o município de Nisa. Obrigado.”

PONTO Nº 4 –SEA – Deliberação Nº 38/2026

Aprovação em Minuta das Deliberações que antecedem.

A presente Minuta, depois de lida em voz alta aos Eleitos presentes foi aprovada por Unanimidade, para efeitos de eficácia externa imediata legalmente prevista, conforme o disposto nos nºs 3 e 4 do art.º 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, pelo que poder-se-ão considerar aprovadas as Deliberações em Minuta, nos termos e para cumprimento do disposto no nº 3 do art.º 57º da Lei acima referida.

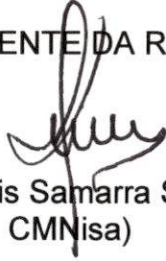
Encerramento da Reunião.

A presente Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Nisa foi devidamente encerrada pelo Presidente da mesma, para cumprimento do previsto e disposto na alínea p) do nº 1 do Artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, quando eram 18h25.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Ata, conforme o disposto no nº 1 do artº 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, é constituída por 25 folhas, devidamente

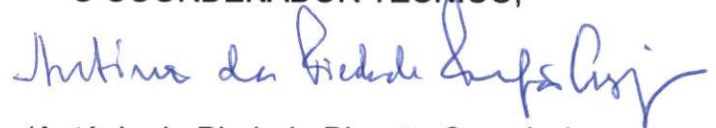
numeradas e rubricadas e vai ser assinada nos termos do disposto no nº 2 do referido art.º 57º, pelo Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra e por mim, António da Piedade Pimpão Crespim, Coordenador Técnico do Mapa de Pessoal por Tempo Indeterminado da Câmara Municipal de Nisa, da Secção de Expediente e Arquivo, que a elaborei na qualidade de Secretário.

O PRESIDENTE DA REUNIÃO,



(Dr. José Dinis Samarra Serra/ Pres.
CMNisa)

O COORDENADOR TÉCNICO,



(António da Piedade Pimpão Crespim/
Secretário)

MUNICÍPIO DE NISA – CÂMARA MUNICIPAL

Ata presente em Reunião Ordinária, realizada no dia de 18 de maio 2026 e aprovada por: UNANIMIDADE
- Favor: 4 (quatro) votos (PS, CDU, PSD)
- Contra: (um) voto com declaração de voto ()
- Abstenção: () votos ()